

O combate do professor Joseph Ki-Zerbo pela liberdade, justiça e contra a impunidade

O que se designa comumente hoje como “o caso Norbert Zongo” desperta na memória colectiva do povo burkinabe e africano em geral, ou mesmo na comunidade internacional, a lembrança da desumanidade que foi perpetrada no Burkina-faso num certo domingo 13 de Dezembro de 1998. Quatro pessoas que circulavam sossegadamente a bordo de um veículo, a cerca de cem quilómetros a sudeste da capital, foram atacados com uma crueldade indizível por homens armados até aos dentes e que, na verdade, estavam no encalço de apenas uma dessas infelizes vítimas, neste caso o jornalista N. Zongo. Passado o instante de hesitação ou de dúvida legítima, pelo menos para as pessoas de boa fé que se tentou divertir avançando a ridícula tese do acidente, compreendeu-se rapidamente que o objectivo visado, através deste acto bárbaro, era reduzir ao silêncio um homem de pena considerada demasiado perigosa para a segurança do Estado!¹

A constituição em seguida de um colectivo das organizações democráticas de massa e de partidos políticos contra a impunidade (CODMPP)² para reivindicar o esclarecimento deste acto odioso, escandaloso e inqualificável, à margem da “Comissão de inquérito independente”, dá toda a dimensão do sentimento de revolta que se apoderou de todo um povo magoado para sempre. A contribuição do Pr. Ki-Zerbo para as actividades deste colectivo, longe de passar despercebida,

Salif Yonaba

Universidade de Ouagadougou
Burkina Faso

ficou para sempre gravada na memória colectiva do povo burkinabe do qual uma boa parte descobria o actor neste papel de combatente da liberdade e da justiça que se lhe conhecia menos. O que de mais normal, em suma, uma vez que o público em geral apenas conhecia desta venerável personalidade o seu título de historiador emérito, pelo menos no caso do público universitário, ou de oponente histórico para classe política. E nunca será demais lembrar que isso é um dos grandes méritos deste homem que conseguiu funcionar com tanto sucesso neste duplo registo da reflexão científica e da acção política.³ Ora, acontece também que, para se ser um autêntico defensor dos direitos da pessoa humana, o Pr. Ki-Zerbo foi-o ao longo de toda a sua vida, apesar de esse papel ter sido apenas recentemente revelado à juventude burkinabe, precisamente em favor deste trágico assassinato. Em todo o caso, ele administrou durante toda a sua vida, a prova desse engajamento, tanto pelo exemplo que ele conseguiu dar, como pelo exercício de pedagogia a que se dedicou abundantemente no quadro das actividades do “Colectivo contra a impunidade” já mencionado, desde a sua criação em Janeiro de

1999 até ao seu desaparecimento a 4 de Dezembro.⁴

É neste lado um pouco “jardim” do professor que gostaríamos de nos deter nas linhas que se seguem, lembrando passo a passo o exemplo, no sentido genérico do termo, do seu combate pela justiça e pela liberdade, e o exercício de pedagogia na luta contra a impunidade de que os seus jovens companheiros beneficiaram, da mesma maneira como o chanfre da tradição oral Amadou Hampâté Ba recebia lições do seu grande mestre Thierno Bokar.

A prova pelo exemplo

Disse-se muitas vezes que “a experiência vale mais do que a ciência”; esta afirmação que se atribui logo a qualquer empirista, encontra rapidamente os seus limites num mundo que está ordenado em torno da cronologia “reflexão depois acção”. O professor, de maneira consciente e no final de profundas reflexões, fez muitos actos na sua vida que denotam o seu apego não equivocado à liberdade, à paz e à luta contra a injustiça. Foi, por assim dizer, um democrata e basta lembrar-se, nesta questão, alguns actos particularmente marcantes da sua vida sindical e da sua vida política.

No terreno da actividade sindical

É preciso ver através deste termo toda a actividade que o professor abraçou durante a sua vida de aluno ou de estudan-

te, e depois da de funcionário. Muitos são, com efeito, os testemunhos que mostram a sua intensa actividade militante durante a sua vida de estudante que lhe permitiram, como a qualquer futuro quadro das nossas administrações africanas que passaram por este molde, perceber com toda a profundidade o sofrimento dos povos oprimidos que aspiram legitimamente à sua independência política e económica. Trata-se seguramente de um momento importante na vida de todos esses futuros quadros, em termos de tomada de consciência dos grandes problemas do mundo que decorrem inelutavelmente das relações desiguais que os Estados mantêm entre si. No imediato, os quadros da geração do professor tiveram que cumprir uma missão urgente que tinha a ver com a contribuição, através das suas ideias, bem como os seus actos materiais se necessário fosse, para a descolonização do nosso continente do duplo ponto de vista político e económico.

Este engajamento viria a concretizar-se, por parte do professor, pela sua contribuição para a criação – e depois para a consolidação – deste reagrupamento dos intelectuais africanos em gestação que foi a Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF) com as suas diferentes secções nacionais, neste caso, a Associação dos Estudantes Voltaicos em França (AEVF).

E esta série de actos que se qualificaria de bom grado de administrativos, viria a ser completada pelo acto mais forte que simboliza melhor este engajamento, engajamento esse que se concretizou no serviço de ensino assegurado na Guiné, na sequência da partida dos quadros da antiga potência colonial que pretendia afastar-se deste estado recém-independente.

Porque o militantismo estudantil constitui um excelente trampolim para o militantismo sindical, esta transição operou-se sem o menor choque na evolução do homem. Na sua vida de funcionário do seu Estado, o professor não desviou nem um pouco da actividade sindical, muito pelo contrário, estava nas grandes lutas, apesar de ser verdade que estas se desenvolveram por vezes na esteira – ou concomitantemente – das lutas políticas. Num dos seus memoráveis escritos apresentado na forma de “correção” contra uma série de ofensas que lhe imputava grosseiramente um grupo de pretensos “antigos alunos” que pediu o anonimato⁵, ele não deixou de lembrar que nunca

se tinha privado de tomar posição de cada vez que ameaças graves pairavam sobre a liberdade; assim lembrou justamente que se tinha pronunciado no seu tempo:

- contra a supressão do direito de greve e as diversas exacções em relação aos trabalhadores durante o reinado do comité militar para a reedificação e o progresso nacional (CMRPN) que dirigiu o país entre 25 de Novembro de 1980 e 7 de Novembro de 1982;
- a propósito dos conflitos sociais durante a segunda república (entre 1974 e 1978) ;
- durante a primeira república (1960-1966), e nomeadamente no quadro de uma acção concertada com outros camaradas sindicados, através de uma greve ilimitada contra a ameaça de despedimento que pairava sobre um dos seus camaradas (que era, mesmo assim, um adversário político), pela razão de este último ter recusado uma condecoração, em torno de slogans “Nenhuma sanção profissional por uma ‘falha’ não profissional; nenhum despedimento sem conselho de disciplina!”

E podia-se multiplicar de resto os exemplos. E como da vida sindical para a vida política vai apenas um passo, tal como ilustra maravilhosamente a própria história do país, o professor deu o passo sem se desviar evidentemente desta busca permanente de justiça e de liberdade.

No terreno da actividade política

Esta postura do professor é perceptível através da sua vida de actor ou de oponente político que por vezes o levou a se determinar em relação às diferentes situações em presença. Quando se conhece o destino pouco invejável, em todos os sentidos do termo, do oponente nos Estados africanos, mesmo numa altura em que o tema da democratização se encontra na ordem do dia, pode-se fazer uma ideia do grande risco que esta categoria de actores corre diariamente; pense-se um instante na sorte que conheceram homens como Kysa Besyge no Uganda de Yoweri Museveni, Laurent Gbagbo no regime do falecido presidente Houphouët-Boigny, de Alassane D. Ouattara no regime deste mesmo Gbagbo tornado presidente, Gilchrist Olympio no Togo, Alpha Condé na Guiné de L. Conté, ou Morgan Tsvangirai no Zimbabwe de Robert Mugabe. E que dizer de tantos outros oponentes que tiveram menos sorte por-

que encontraram simplesmente a morte em condições das mais suspeitas, um pouco por todo o nosso continente?

Apesar de a história de um país como o Burkina-faso ter sido durante muito tempo a de um longo e tranquilo rio, em termos de respeito pela vida da pessoa humana, maugrado a sucessão de muitos golpes de estado, as coisas conheceram uma preocupante aceleração a partir do período revolucionário que introduziu a violência em todo o seu esplendor na vida política desde 1982. Os espaços de liberdades política e sindical que eram dados até então como definitivamente adquiridos para os cidadãos e outros pretendentes ao trono vieram a estar, a partir desse período, mais uma vez postos em causa das mais drásticas, a tal ponto que o debate democrático que tinha alcançado o seu apogeu em 1978, e isto pela primeira vez na África negra, se tornou simplesmente inconcebível.

O professor que tinha combatido com força para a tomada do poder pelo exército para pôr fim ao desvio autoritário do regime da Primeira República em 1966 e que conseguiu tomar parte na histórica eleição presidencial, autenticamente democrática, do país teve que aprender à sua própria custa, no regime dos capitães, que a aspiração à liberdade já não era a virtude mais partilhada nesse país. O seu corajoso – e muito memorável – posicionamento contra a prisão e a deportação de alguns actores bem conhecidos da arena política pela sua oposição à repressão das liberdades pelo regime do “Conselho de salvação do povo” (CSP) veio a valer-lhe toda a cólera do regime.⁶ Mas mesmo obrigado a se exilar, o professor não renunciou nunca à busca da democracia que retomou com um vigor renovado no seu regresso a partir de 1991; para além da sua contribuição para o debate democrático,⁷ não deixou de partilhar a sua grande e única experiência com os militantes do “Colectivo contra a impunidade” designado também pelo termo “Movimento já basta!”. A sua longa experiência de luta serviu perfeitamente o procedimento pedagógico que ele soube mostrar acerca dos seus “companheiros de luta do colectivo” particularmente entusiastas.

A prova pela pedagogia

O professor não foi somente um democrata apaixonado pela paz e pela justiça; foi igualmente um grande combatente engajado na luta contra a impunidade;

deste ponto de vista, as actividades realizadas pelo “Colectivo contra a impunidade” foram uma ocasião para o decano dos animadores do referido movimento para partilhar com a jovem geração, a linha de conduta a seguir, “O manual de instruções” ou, para utilizar um termo actualmente na moda, “os documentos de viagem” a utilizar nesta via particularmente perigosa. O que há de mais normal quando se sabe que em África, tal como ele se divertia a lembrar, “o velho sentado vê mais longe do que o jovem em pé!”.

Em relação a este ponto, o sacrifício de N. Zongo terá também permitido à juventude deste país conhecerem esta outra dimensão do professor J. Ki-Zerbo que se tinha tornado, e sem que nos pudéssemos aperceber pelo menos a nível nacional, uma verdadeira instituição em relação à qual parece ter chegado o momento hoje de se empreenderem pesquisas.

A obra de pedagogia do professor consistiu em convidar a coorte das pessoas revoltadas e desamparadas, compreendendo-se isso olhando para a desumanidade do acto realizado, a agir com lucidez e clarividência para esperar obter a luz sobre este caso perturbador. As suas muitas intervenções por ocasião das diferentes manifestações do “Colectivo”, na forma de “discursos do método”, tenderam a fazer a tomada de consciência em relação à necessidade de se ter uma boa compreensão do sentido e do alcance da luta que se travava, por um lado, e por outro lado, da utilidade de um bom procedimento ou abordagem nessa matéria.

Para uma clara compreensão da luta

O fio condutor das diferentes intervenções pronunciadas pelo professor centrou-se na necessidade de se ter uma boa compreensão do sentido e do alcance do engajamento que os militantes do “Colectivo” tinham ao lançar este grupo. A sua intervenção, a 3 de Janeiro de 1999, diante de todas as partes envolvidas no movimento em vias de constituição ficará como um verdadeiro juramento em relação aos desafios do empreendimento; os jornais que retomaram integralmente o texto deste memorável discurso retiveram dele “que não pode haver reconciliação sem conciliação”⁸ ou, simplesmente, que era preciso “saber dizer não (ao desumanidade!)”.⁹ Uma semana mais tarde, foi-lhe dada a ocasião de melhor precisar o seu pensamento profundo num outro tex-

to não menos memorável que o órgão de imprensa mais directamente envolvido combate assim iniciado reproduziu recentemente como o melhor testemunho do engajamento do professor na luta contra a impunidade.¹⁰

O primeiro texto citado delimita o quadro geral da acção que este grupo se atribuiu levantando de maneira pragmática as questões que toda a gente se coloca sem poder lhes dar uma resposta com toda a pertinência desejada; e para cada uma desses cruéis questões, o professor avança elementos de resposta que recolhem a adesão mais larga do público.

Esse público ou esses actores, ele define-os de bom grado, como “um grupo que transcende as clivagens de partidos, de ideologias, de idades, de sexos, de capelas, de clãs, de etnias, de confissões religiosas (...) de patriotas, de democratas, de republicanos, de humanos simplesmente unidos por um contrato social e cívico”.

A razão de ser deste grupo espontâneo deve ser procurada, segundo ele, no objectivo bem compreendido de “odiar, vomitar e amaldiçoar este crime alucinante (...) apesar dos apelos à calma e à reconciliação, porque diante de acto desses é preciso saber dizer três vezes não! (trata-se portanto de um estado de insurreição mental, moral, espiritual e política contra a impunidade, insurreição que só cessará quando a justiça for efectivamente feita)”.

Quanto ao adversário, o professor advertiu contra qualquer risco de equívoco em relação às manobras de diversão de que não se privarão nada os que encomendaram o crime e que não têm portanto interesse em que a luz e a verdade apareçam.

O segundo texto é um convite à meditação sobre as consequências morais da morte violenta do jornalista e a responsabilidade que incumbe ao povo insurgido contra a negação do seu direito mais elementar, a saber, o direito à vida. Assim, ele insiste em lembrar que só a luta pode ter razão numa tal situação.

Para um bom procedimento na conduta da luta, o eminente professor não se esquece de advertir toda a gente tomada pela emoção, contra os perigos que ameaçam qualquer movimento; ele fala concretamente de dois deles, a saber, a lassidão e a divisão.

Contra a lassidão, ele convida o público a saber armar-se com coragem, quer dizer,

“coragem que dura, porque a coragem de um dia não é coragem”. Assim, ele convivia cada uma das pessoas a impor-se dizer ou fazer alguma coisa diariamente contra a impunidade que se tornou no inimigo público n.º 1 e a renunciar para sempre à lassidão; ele encontra, de resto, o antídoto para isso no “necessário regresso ao povo que é a fonte renovável e inesgotável de energia! (...) em caso nenhum se deverá permanecer sentado e ainda menos deitado, porque esta última posição, que prevalece nos cemitérios, é a que os ditadores preferem ver tomada pelos seus sujeitos”.

Contra a divisão, ele dirá mais tarde por ocasião de uma outra reunião do referido Colectivo¹¹, que não se deve deixar impressionar pelas manobras de diversão a que recorrerão todos os que temem a verdade e a luz sobre o acto e que não se farão rogados em recorrer à denegrição e à difamação do “Colectivo” ou dos seus responsáveis. Em suma, o espírito de vigilância e de discernimento deve continuar presente.

Como se vê, trata-se de uma verdadeira lição sobre coisas sobre as quais não se acabará de meditar tão cedo! O professor foi-se embora sem ter conseguido obter a luz sobre este caso, apesar de toda a energia que tinha investido; no fundo, ele não tinha grandes ilusões sobre o final do empreendimento a breve prazo, mas o seu mérito foi o de ter indicado com humildade a via a uma multidão que poderia ter sido tentada a recorrer a métodos radicais ou pouco ortodoxos, e sem a mínima garantia de qualquer resultado; é verdade que, neste plano, a direcção do “Colectivo” soube sempre mostrar lucidez e discernimento para conter todas as veleidades anarquizantes ou desviacionistas.

Notas

1. Porque o jornal *L'indépendant* onde trabalhava o jornalista N. Zongo se tinha especializado no domínio da investigação!
2. Trata-se de um grupo atípico de organizações o mais diversas possível de partidos políticos, organizações sindicais, associações de todos os géneros e que se agrupa sob o estandarte de “sociedade civil” que se constituiu por iniciativa do “Movimento Burkinabe de Defesa dos Direitos Humanos e dos Povos” (MBDHP) nos dias a seguir a este acontecimento; no momento mais forte da crise consecutiva a este assassinato, mais de sessenta estruturas estavam representadas neste “Colectivo” que era combatido no

- terreno da legalidade pelo poder político; cf. Yonaba 2000 : 20-23 et 24-26 ; cf. igualmente Sagnon 1999 : 12-13.
3. Cf. o número especial do *Journal Hakili* n° 7, Fevereiro 2007 em homenagem ao professor.
 4. Ficaríamos aborrecidos se deixássemos passar no silêncio esta coincidência quase fortuita uma vez que o desaparecimento do professor aconteceu a alguns dias do aniversário do drama de Sapouy (em referência ao local onde o jornalista foi assassinado) e a cerca de um mês mais ou menos do aniversário da criação do “Colectivo”!
 5. Cf. o diário voltaico de informações *l'Observateur* n° 2571 dos dias 15-17 Abril 1983 : 8.
 6. « Parler pour vivre », in *l'Observateur* n° 2566 des 8-10 Abril 1983.
 7. Nós tínhamos a seu tempo tentado avaliar a inestimável contribuição tanto para o debate, como para o combate democrático do professor; cf. o jornal *Liberté* n° 13, Março/Abril 2000, pp. 12-15.
 8. *Le Pays* n° 1801 de 6 de Janeiro 1999 : 11-12.
 9. *L'Observateur paalga* de 7 de Janeiro 1999 : 6-7.
 10. *L'Indépendant* n° 696 de 9 de Janeiro 2007, p. 2 – Focus : Halte à l'inhumain !
 11. Cf. o jornal *Le Pays* n° 2102 de 22 de Março de 2000 : 5: reunião-balanço do Colectivo: trégua de brincadeira!

Referências

- Yonaba, S., 2000, « Le Collectif des organisations démocratiques de masse et de partis politiques et la question de la coexistence, en son sein, des organisations politiques et des organisations de la société civile », *Journal Liberté du MBDHP*, n° 13, mars/avril, pp. 20-23.
- Yonaba, S., 2000, « Le bilan d'une année de lutte dressé par le Comité exécutif du MBDHP », *Journal Liberté du MBDHP*, n° 13, mars/avril, pp. 24-26.
- Sagnon, T., 1999, « Le Collectif : une nécessité de l'heure », *Liberté*, n° spécial 1er anniversaire du 13 décembre 1998, décembre 1999, pp. 12-13.